

LETRAS NEGRAS:

Representações sobre escravos na cidade do Crato, 1855 – 1865.

Maria Daniele Alves*

A escravidão negra esteve presente na vida social e econômica do nosso país por mais de três séculos, tornando-se esta pedra angular do sistema produtivo. O Ceará não se excluiu dessa característica que o Brasil apresentava desde o período Colonial. Contudo, vale ressaltar que de acordo com os estudos já realizados, esta província ficou conhecida por apresentar um número pequeno de escravos se comparada aos demais lugares do país.

Na cidade do Crato a realidade não era diferente do restante da província cearense. Havia um número relativamente baixo de escravos, que eram usados em diversas atividades, nos engenhos existentes na região destinados a produção de rapadura e inclusive nos serviços domésticos. No entanto, pouco se escreveu sobre a mão-de-obra cativa existente no Cariri e especificamente na cidade do Crato, nosso espaço de análise, sendo esta cidade considerada uma das mais importantes e desenvolvidas do Sul do Ceará, destacando-se principalmente em seus aspectos culturais, políticos e religiosos.

Frente as lacunas que nos deparamos sobre o conhecimento desta temática, propomos analisar como os escravos estavam representados nos anúncios e notícias do jornal “*O Araripe*”, perceber como se produziram e difundiram os fatos publicados relacionados a este assunto em momentos de mudanças e transformações, perpassando os últimos momentos da escravidão no Ceará.

Nosso recorte temporal remete a segunda metade do século XIX, mas precisamente aos anos de 1855 a 1865. Nos propomos a investigar esse período ao fato que foi a partir de 1855, que surgiu a imprensa no Crato, com o jornal “*O Araripe*”, seguindo à análise aos últimos momentos da escravidão no Ceará. Porém, não podemos esquecer também que foi a partir de 1850 que as mudanças na escravidão começaram a ocorrer mais intensamente devido ao fim do tráfico negreiro, que trouxe como conseqüências mudanças significativas para os cativos do Brasil, como a ativação do tráfico interprovincial, leis que surgiram para “proteger” os cativos, além de uma “dinamização” na relação entre senhores e escravos, fazendo com que a escravidão passasse a ter seus dias contados.

* Mestranda em História - Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Os jornais constituem-se como objetos de posição social e representações do cotidiano de uma determinada sociedade¹. Preciosas informações sobre a escravidão nos são fornecidas, em grande parte, pelos jornais da época que registraram o cotidiano desta.

Era na imprensa onde “tudo virava notícia, ou seja, transformavam-se sempre pequenos fatos, incidentes particulares e mesmo brigas pessoais em notícias de importância geral” (SCHWARCZ,1987.p.60). Assim, a imprensa torna-se um dos recursos de grande relevância para os historiadores que se dispõem a analisar a sociedade brasileira e os acontecimentos no século XIX, mesmo porque era através desta que se destacavam os debates que ocorriam naquela época, onde eram veiculadas notícias acerca dos fatos locais e das cidades vizinhas.

Nesse sentido, devemos ver os jornais como produtos sociais, como objetos de posições e representações, feitas de acordo com os interesses de quem os escrevia e para quem os escrevia.

Os jornais nos prestam informações preciosas não apenas no âmbito físico e cultural dos escravizados, mas também a cerca de todo o complexo das relações sociais e culturais no nosso país durante o século XIX. Os anúncios e noticiários publicados nestes, revelam particularidades essenciais da presença africana no Brasil, como os estereótipos, as marcas tribais que alguns já traziam consigo, os sinais de castigos, etc.

Segundo Freyre, a linguagem dos anúncios de jornais brasileiros do tempo do Império “constituem os nossos primeiros clássicos, principalmente os anúncios relativos a escravos – que são os mais francos, os mais cheios de vida, os mais ricos de expressão brasileira.” (FREYRE,1979. p. 07).

No Crato, foram impressos vários jornais, mas todos com vida curta e em épocas distintas. Segundo Irineu Pinheiro, o fato de ter havido no Crato jornais de vida efêmera, se deve a vários fatores, entre eles, o fator geográfico, ou seja, a distância do litoral, o que acarretava a falta de boa comunicação entre a capital e o interior da Província, o analfabetismo da maioria do povo cratense somada à pobreza do lugar e da região em que este estava inserido.

“Uns foram políticos como ‘*O Araripe*’ e a ‘*Gazeta do Cariri*’, que viveram há quase cem anos, a ‘*Cidade do Crato*’, o ‘*Sul do Ceará*’ e o ‘*Correio do Cariri*’, no começo deste século, outros literários ou religiosos, alguns críticos e humorísticos”. (PINHEIRO, 1950, p.173)

O jornal “*O Araripe*” nos dará suporte para desenvolvermos a nossa pesquisa, sendo este o primeiro jornal impresso na cidade do Crato, fundado e redigido por João

Brígido². Era um jornal semanário que lutava pelo “progresso e pela grandeza da região em que floresceu” (PINHEIRO. 1950. p.177).

“O Araripe” teve uma duração de dez anos, sendo impresso no período de 1855 a 1865. Neste jornal, os anúncios de escravos aparecem com certa frequência, ganhando os cativos destaque em diversos tipos de anúncios. Entre eles, podemos observar o caso da escrava “Maria”, em que sua dona “Tereza Maria de Jesus”, mesmo depois de ter-lhe concedido sua alforria condicional, pedia a revogação desta, por sua escrava ter-se “evadido em seu próprio leito”.

Teresa Maria de Jesus, moradora que fui na cidade de Crato, e hoje no termo de Exu, província de Pernambuco, no sítio: Lagoa dos Cavalos – declara que tendo dado título de liberdade à sua escrava Maria, mulata, de idade de vinte e oito anos, com condição de lhe prestar todos os serviços até o fim da sua vida, como escrava que era, a anunciante acha-se na disposição de revogar, pelos meios que as leis permitem, visto ter-se a dita escrava constituindo-se indigna dessa graça, não só por atos de atrevidas desobediências que diariamente pratica, como por ter se escandalosamente prostituído e viver em pública amancebia, chegando seu arrojo a ponto de introduzir dentro da própria casa da anunciante seu Barregan, e até profanar o próprio leito daquela a quem essa escrava por muitas respeitadas devia reverenciar! A presente declaração é um protesto contra o título de que se acha munida essa escrava, para que em tempo algum não se alegue prescrição em favor desta ingrata doada. Lagoa dos Cavalos, 16 de agosto de 1857. (“O Araripe”, sábado, 16 de agosto de 1857)

A partir do anúncio, podemos perceber a situação ambígua em que se encontravam muitos escravos alforriados condicionalmente, onde a maioria deles não se achava mais obrigado a prestar serviços ao seu senhor, por já se considerar livre do cativeiro, e por isso tomava atitude condizente de pessoa liberta. Isso fica ainda mais evidente, quando a senhora, fala que a escrava tem praticado “atos de atrevidas desobediências diariamente” e por esta ter introduzido dentro da casa da sua senhora o seu amante.

Em alguns casos era o próprio senhor quem revogava a alforria do escravo – conforme o caso citado acima – alegando a ingratidão destes. O senhor tinha esse direito amparado pela “lei da revogação da alforria por ingratidão”³ e esta obrigava o liberto a manter-se respeitoso com seu senhor, sendo esta também uma forma deste controlar seu cativo “forro condicionalmente”, quando se sentia acossado por uma ação de “liberdade” que havia concedido, o que demonstra a legitimidade do domínio exercido sobre o negro.

É importante analisar também, a alforria condicional que “Tereza Maria de Jesus” havia concedido a “Maria”. Uma liberdade, que de fato não existia, uma vez que a escrava “Maria” devia “lhe prestar todos os serviços até o fim da sua vida, como escrava que era”. Segundo Funes,

nos atos magnânimos de seus senhores estavam personificados os mecanismos de controle sobre a força de trabalho liberta. Dar liberdade ao cativo, mas mantendo-o como agregado, morador, criado (...) o sentido de posse, o controle e disciplinarização não deixam de existir. (FUNES. 2000. p.131).

Não podemos esquecer que o anúncio citado, é uma descrição das representações dominantes da senhora “Tereza Maria de Jesus”, a respeito da alforria da escrava “Maria”. A fala desta no anúncio, torna-se uma estratégia usada para alcançar um objetivo que é a revogação da liberdade. Para isto, ela usa de meios de “convencimento” ao público de que fora tratada “ingratamente” por “Maria”. Ou seja, o fato narrado por “Tereza Maria de Jesus”, tem uma dimensão histórica, na medida em que esta procura organizar “a realidade de forma a representar para si e para os outros uma situação que é plausível, cujos significados são conhecidos e podem ser captados pelas pessoas a quem ela se dirige.” (CHALHOUB, 2003. p. 135)

No jornal “O Araripe”, os anúncios de escravos aparecem com uma certa frequência, ganhando os cativos destaque inclusive em anúncios de aluguel:

Ignácia Guilhermina de Oliveira, residente nesta cidade, na rua Formosa junto a casa do sr. Chaves, tem uma escrava que se encarrega de lavar e engomar roupa, com toda perfeição e aceio, tanto de homem como de mulher, garantindo a anunciante o aceio e fidelidade de dita sua escrava.
 (“O Araripe”, nº 163, sábado, 6 de outubro de 1858)

Podemos observar no anúncio acima, a exaltação das virtudes e habilidades que a escrava em questão apresentava: “lavar e engomar com perfeição e aceio”, além de ser esta fiel. Vale destacar que era comum, neste período, os senhores alugarem seus escravos para que deles pudessem tirar mais proveito, com o intuito de aumentar suas economias.

Esse comércio de aluguel, em alguns casos, era acordado com o próprio escravo, onde parte do dinheiro obtido era “dado” ao cativo – este por sua vez, juntava as economias “dadas” pelo senhor, na ânsia de um dia comprar a sua alforria.

O anúncio não nos indica se a escrava, ao desempenhar tais serviços, tinha garantia de pecúlio. Embora em alguns casos, muitos escravos já pareciam perceber que uma das formas de negociar a sua liberdade era juntar as economias e conseguir indenizar seu preço.

Queremos destacar ainda que, apesar do anúncio referir-se ao ano de 1858 – onde, neste período, o senhor tinha o direito de decidir sobre o pecúlio adquirido pelo escravo principalmente quando este se relacionava a compra da alforria – em 28 de setembro de 1871, os escravos ganharam o direito da “alforria por indenização”, sendo que o negro passou a ter o direito expresso em lei, de fazer suas economias para que pudessem comprar sua alforria sem que houvesse a contestação do seu senhor. Como se pode perceber eram novos acessos legais a liberdade que surgiam com o decorrer do tempo.

Os jornais eram, na maioria das vezes, locais onde vendedores e compradores, negociantes de um modo geral, “se encontravam” para anunciarem suas mercadorias expostas à venda, ou para gratificar àqueles que as encontrassem, no caso do escravo evadido. Tal fato nos convém dizer que em situação alguma queria o senhor se apartar do seu cativo e dos demais bens. Não bastava ao dono dos fujões terem que gastar com gratificações, ainda teriam que despender dinheiro para pagar aos anúncios publicados nos jornais, conforme mostra a citação a seguir:

No dia 1 do corrente fugiu deste sitio Lameiro o escravo Rafael, crioulo de idade de 19 a 20 anos, preto, altura mediana, não tem barba, peitos largos, estomagudo, um tanto calado, pernas finas, pés grandes, e um tanto zambeta, cara comprida, olhos em proporção, boca grande, nariz nem chato, nem afilado, não tem falta de dentes na frente e os tem limados, tem um enxaço em cima de uma mão a maneira de um lombinho, e abaixo da pá esquerda uma cicatriz de um antrás ou pustema, vai vestido em uma camisa de algodão nova e foi visto na cidade depois de fugido 8 dias em casa do tal Labatut, esteve um dia e uma noite, dali desapareceu, e desconfia-se ele o ter ocultado e mandado vender. O abaixo assinado paga com vantagem a quem lhe trouxer dito escravo, ou der notícia certa. Lameiro, 25 de abril de 1855. José do Monte Furtado.
 (“*O Araripe*”, nº17. Sábado, 27 de outubro de 1855)

Era comum nos jornais da época, encontrarmos um grande número de anúncios de escravos foragidos. Freyre, em seu livro “*O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*”, baseia-se principalmente nos anúncios de fugas contidos nos jornais por ele analisados. Comenta que estes apresentam fortes traços de honestidade, pois o senhor que tinha seu escravo evadido e queria encontrá-lo, precisava dar sinais exatos destes para que fossem capturados o mais breve possível.

De acordo com Freyre, “A linguagem dos anúncios de negros fugidos, é franca, exata e às vezes crua. Linguagem de fotografia de gabinete policial de identificação: minuciosa e até brutal nas minúcias. Sem retoques nem panos mornos.” (FREYRE, 1979. p. 26). Comenta ainda que os escravos eram retratados com base em características relativas à origem étnica, ao sexo, à idade, à forma do corpo, ao

temperamento, ao modo de andar, aos vícios, ao comportamento, aos trajes e adornos que costumavam usar, etc. É o que podemos observar no caso do escravo Rafael, evadido do Sítio Lameiro.

Eram típicos dos anúncios de fugas, como notas identificadoras dos fujões, os sinais de doenças apresentados por estes. O escravo *Rafael*, conforme diz o anúncio, possuía na pá esquerda uma “cicatriz de um antrás ou pustema”, sendo esta uma doença infecciosa que incide em animais, e eventualmente no homem, transmitido a este através de animais contagiados ou por produtos deles provenientes. Assim podemos perceber os maus tratos que estavam submetidos os escravos, pois ao que indica, estes ao lhe dar com animais infectados ou ao ingeri-los, conseqüentemente contraia problemas para a sua saúde.

Freyre aponta ainda para a questão comumente das doenças nos cativos, a falta de uma higienização na arquitetura doméstica, tanto das cidades como do campo, que geralmente apresentavam-se úmidas as senzalas e as casas-grandes, prejudicando principalmente a vida do cativo que muitas vezes dormia no chão frio em comum com os animais. (FREYRE, 1976. p.p. 26-30). A falta de dentes, era outro fator que indicava a péssima alimentação a que o escravo estava sujeito, no caso, Rafael tinha os dentes limados, aperfeiçoados.

Como podemos perceber a imagem estereotipada do negro era sempre apresentada em meio a defeitos e qualidades destes. O protesto escravo a partir das fugas era um gesto antigo que percorreu todo o processo da vida escravista existente no Brasil. Eram, portanto, episódios freqüentes contra os capatazes, o senhor e a sociedade que os reprimia e os humilhava.

Ainda podem ser encontrados no jornal, anúncios de compra de escravos, tais como:

Severino d’Oliveira Cabral compra escravos de 10 a 20 anos de idade e os paga com mais vantagem do que outro qualquer comprador, efetuando as compras na espécie de moeda que exigirem: a tratar com o anunciante nesta cidade. (O Araripe, nº 36, sábado 08 de março de 1856)

O comprador, geralmente devia estar atento “as velhacarias” sutis do vendedor, para que este não lhe vendesse escravos doentes e defeituosos, daí ser comum em muitos casos, apalpar os negros e fazê-los quase nus nos mercados, para que se pudesse melhor observá-los. A preferência de “Severino” por escravos de 10 a 20 anos evidência o cuidado que este tinha em adquirir escravos, uma vez que os mais novos, geralmente, eram garantia de boa saúde.

É válido destacar ainda o fato que aparece no jornal “*O Araripe*”, relacionado a escrava “Hypolita”. De acordo com a documentação, “Hypolita” havia sido liberta por sua madrinha, “Joana Paula”. No entanto, “João Pereira de Carvalho”, casado com a filha de “Joana Paula”, desejou reduzir “Hypolita” e seus cinco filhos a escravidão.

Dois anos – de 1856 a 1858 – deste caso percorrem o “*O Araripe*”, envolvendo autoridades da época, questionamentos e leis. Entre os questionamentos, podemos apontar a percepção das ações de liberdade que os escravos se moviam, sendo estas apresentadas, muitas vezes, nos espaços estreitos pelas brigas sem tréguas entre os herdeiros avarentos e trambiqueiros. Conforme Chalhoub comenta, “algumas vezes o escravo ficava preocupado em garantir os direitos supostamente adquiridos através da doação do senhor, mas frequentemente encontravam oposição de herdeiros decididos a impedir qualquer subtração do seu legado”. (CHALHOUB, 2003. p.112.)

Por isso algumas cartas de alforria, simplesmente desapareciam, assim como testamentos. Neste caso, pelo que se percebe através das fontes, a alforria de “Hypolita” já havia sido reconhecida pela família de D. “Joana Paula”, entretanto, o seu genro, “João Pereira de Carvalho”, não a reconhecia. Porém, “Hypolita”, não assiste passivamente as reivindicações de “João Pereira” – afinal era sua alforria que estava em jogo – e busca apoio na justiça e em autoridades da época.

Como percebemos, a imprensa passou a desempenhar uma função importante para a sociedade, sendo esta instruída e informada sobre os assuntos locais e de outros lugares.

No Crato, o Jornal “*O Araripe*”, fazia denúncias contra pessoas que procediam a favor da escravidão sem amparo legal, sendo este ato compreendido naquela sociedade como desonroso e cruel. Neste jornal, encontramos mais de uma denúncia contra pessoas que assim procediam. Inclusive devemos lembrar que o diretor do jornal em questão era um membro ativo do Partido Liberal no Ceará⁴.

Observamos também que os anúncios e notícias sobre os escravos foram lentamente revogados, mesmo aqueles referentes às fugas. Aos poucos, o processo abolicionista ganhava espaço na imprensa do Ceará e no lugar dos noticiários de fuga, compra, venda e maus tratos em relação ao escravo, ganhavam espaços às notícias sobre alforrias, liberdade e acusações a senhores de praticarem maus tratos aos seus cativos.

Era a abolição no Ceará que se aproximava trazendo em seu bojo toda uma conjuntura de ações abolicionistas advindas inclusive da elite cearense, que fundaram jornais nessa intenção e formaram associações libertadoras. Contudo, não devemos negar diante de tais fatos, a participação dos escravos neste processo e os reais

interesses dessa elite com o movimento, uma vez que a escravidão seria incompatível com seus desejos de “progresso e civilização” para o país, para a província cearense.

Assim, é através desse estudo que pretendemos analisar as representações do negro cativo na imprensa que ali se desenvolveu, o que nos dá subsídios para também analisarmos a composição da nossa sociedade atual, uma vez que aquela realidade vivida pelos negros escravizados, deixou marcas na sociedade que se perpetuaram nas gerações atuais.⁵

¹Roger Chartier define representações como “as representações do mundo social [...] sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam”. Acrescenta ainda que “as lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.”¹ CHARTIER, Roger. *História cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990. p.17.

² João Brígido, fazia parte do partido liberal, exercendo grande influência no Crato, vindo morar na capital em 1865, sendo este um dos fatores que marcou o fim da publicação do jornal.

³ “De acordo com o livro quarto das Ordenações Filipinas, a ingratidão do liberto estava configurada se este ferisse ou tentasse ferir o ex-senhor, se o prejudicasse na sua fazenda, se o deixasse de socorrer em casos de fome ou necessidade, ou se proferisse injúrias verbais contra o patrono mesmo na sua ausência”. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. Uma História das Últimas décadas da Escravidão na Corte. Companhia das Letras, São Paulo – SP, 2003. p.137.

⁴ João Brígido foi um dos intelectuais da cidade do Crato que “propugnava e conduzia o projeto civilizador” daquela cidade no século XIX.

⁵ O historiador, Pedro Alberto de O. Silva, comenta que “A presença do trabalho escravo em certas regiões, certamente criou preconceitos contra os trabalhos pesados, principalmente aqueles ligados à lavoura; mesmo entre as classes populares, que viviam um nível de vida tão baixo quanto ao dos escravos”. SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da Escravidão no Ceará*. Das Origens à Extinção. Imprensa Universitária, Fortaleza, 2002. p.p.63-64. Essa situação é refletida nos dias de hoje na nossa sociedade. Ainda na atualidade, percebemos o preconceito relacionado ao negro e a dificuldade que este encontra para a inserção no meio social. É certo que muitos direitos foram conquistados pelos negros, contudo as limitações quanto a estes, ainda hoje existem, não podemos negá-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. Uma História das Últimas décadas da Escravidão na Corte. Companhia das Letras, São Paulo – SP, 2003.

CHARTIER, Roger. **História cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Ed. Brasiliense. 2ª edição. São Paulo, SP, 1979.

FUNES. Antonio Eurípedes. “Negros no Ceará”. In: **Uma Nova História do Ceará**. Souza, Simone de (org.). 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p.131.

PINHEIRO. Irineu. **O Cariri**: seu descobrimento, povoamento, costumes. Fortaleza: 1950 – Ceará.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da Escravidão no Ceará**. Das Origens á Extinção. Imprensa Universitária, Fortaleza, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravo e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. Companhia das Letras. São Paulo, 1987.